

**ASSOCIAÇÃO JENIPAPENSE DE ASSISTÊNCIA À INFÂNCIA - AJENAI**

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES  
SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS  
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018

**ASSOCIAÇÃO JENIPAPENSE DE ASSITÊNCIA À INFÂNCIA - AJENAI**  
**DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018**

**CONTEÚDO**

Relatório dos auditores independentes

QUADRO 1 – Balanços patrimoniais

QUADRO 2 – Demonstrações do superávit/ (déficit) do exercício

QUADRO 3 – Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

QUADRO 4 – Demonstrações dos fluxos de caixa

Notas explicativas às demonstrações financeiras

## RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

RELATÓRIO MG – 2019/083

**Aos Administradores da**  
ASSOCIAÇÃO JENIPAPENSE DE ASSITÊNCIA À INFÂNCIA - AJENAI.  
Jenipapo de Minas- MG

### Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da **ASSOCIAÇÃO JENIPAPENSE DE ASSITÊNCIA À INFÂNCIA - AJENAI** (“Entidade”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações do superávit/déficit, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **ASSOCIAÇÃO JENIPAPENSE DE ASSITÊNCIA À INFÂNCIA - AJENAI** em 31 de dezembro de 2018, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades sem finalidade de lucro (NBC ITG 2002 R1).

### Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

### Ênfase

O ChildFund Brasil vem desenvolvendo estratégias e instrumentos para aprimorar a relação com a rede de parceiros, visando não só potencializar sua capacidade operacional de apoio técnico, bem como encorajar a busca por outras fontes de recursos para se tornarem organizações sustentáveis. A ferramenta SID – Sustentabilidade, Incorporação e Distrato, determina as Entidades que são sustentáveis para permanecerem na rede, as Entidades que para se tornarem sustentáveis passarão por processo de incorporação, e as Entidades que sofrerão distrato por não serem sustentáveis e nem candidatas a incorporação. De acordo com análise, a expectativa para os próximos exercícios (2020-2022) é a incorporação e desfiliação de algumas entidades. As demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2018 foram preparadas no pressuposto de continuidade normal das operações da Entidade. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.

## **Outros assuntos**

### **Demonstrações financeiras de exercícios anteriores examinadas por outro auditor independente**

Os valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017, apresentados para fins de comparação, foram auditados por outros auditores independentes, que emitiram relatório datado de 23 de abril de 2018, sem modificações.

### **Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras**

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela administração da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

### **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras**

Nossos objetivos são de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

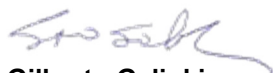
Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade.
- Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Belo Horizonte, 31 de março de 2019.



**Gilberto Galinkin**  
Contador CRC MG - 035.718/O-8  
**Baker Tilly Brasil MG Auditores Independentes**  
CRC MG - 005.455/O-1



**Cristina Braga de Oliveira**  
Contadora CRC MG - 079.371/O-6  
**Baker Tilly Brasil MG Auditores Independentes**  
CRC MG - 005.455/O-1

**QUADRO 1**  
**ASSOCIAÇÃO JENIPAPENSE DE ASSISTÊNCIA À INFÂNCIA**  
 Balanços Patrimoniais em 31 de Dezembro de 2018 e 2017  
 (Valores expressos em reais, com centavos arredondados)

<b>ATIVO</b>	<b>Notas Explicativas</b>	<b>2018</b>	<b>2017</b>	<b>PASSIVO</b>	<b>Notas Explicativas</b>	<b>2018</b>	<b>2017</b>
<b>CIRCULANTE</b>				<b>CIRCULANTE</b>			
Caixas e equivalentes de caixa	<b>3</b>	48.626	70.383	Fornecedores		474	606
Adiantamento a fornecedores		1.320	-	Salários e Encargos Sociais	<b>6</b>	1.789	1.860
Despesas antecipadas		2.311	1.799	Provisões para férias e encargos	<b>7</b>	14.477	14.153
<b>Total do ativo circulante</b>		<b>52.257</b>	<b>72.182</b>	DFCs à repassar	<b>8</b>	9.866	16.734
				Subvenções e doações a apropriar	<b>4</b>	23.691	28.266
				Outras obrigações		169	-
				<b>Total do passivo circulante</b>		<b>50.466</b>	<b>61.619</b>
<b>NÃO CIRCULANTE</b>				<b>NÃO CIRCULANTE</b>			
<b>PERMANENTE</b>				Subvenções e doações a apropriar			
Imobilizado	<b>5</b>	173.709	195.849		<b>4</b>	25.807	35.619
<b>Total do ativo não circulante</b>		<b>173.709</b>	<b>195.849</b>			<b>25.807</b>	<b>35.619</b>
				<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>			
				Patrimônio social	<b>9</b>	170.793	183.830
				Déficit do exercício		(21.100)	(13.037)
				<b>Total do patrimônio líquido</b>		<b>149.693</b>	<b>170.793</b>
<b>TOTAL DO ATIVO</b>		<b>225.966</b>	<b>268.031</b>	<b>TOTAL DO PASSIVO</b>		<b>225.966</b>	<b>268.031</b>

**QUADRO 2****ASSOCIAÇÃO JENIPAPENSE DE ASSISTÊNCIA À INFÂNCIA**

Demonstrações do Superávit (Déficit) em 31 de Dezembro 2018 e 2017

(Valores expressos em reais, com centavos arredondados)

	<b>Notas Explicativas</b>	<b>2018</b>	<b>2017</b>
<b>RECEITAS OPERACIONAIS</b>			
Subsídio do ChildFund Brasil	<b>10</b>	239.168	234.801
Subvenções Governamentais	<b>10</b>	7.763	-
Doações de bens-Pró Vida Central Geral do Dízimo	<b>10</b>	2.049	2.049
Trabalho voluntariado	<b>15</b>	9.295	12.955
Recursos de empresas e outras entidades		42.372	83.555
Recursos de associados e comunidade	<b>10</b>	6.859	6.400
Contribuições sociais - quota isenta - INSS	<b>12</b>	28.422	29.069
Receitas financeiras		1.885	6.636
Recuperação de outras despesas		-	592
		<b>337.813</b>	<b>376.057</b>
<b>DESPESAS OPERACIONAIS</b>			
Despesas com Pessoal e encargos		(114.611)	(108.824)
Serviços de terceiros		(53.668)	(78.335)
Materiais diversos		(42.848)	(56.851)
Trabalho voluntariado	<b>15</b>	(9.295)	(12.955)
Contribuições sociais - quota isenta - INSS	<b>12</b>	(28.422)	(29.069)
Despesas financeiras		(4.545)	(5.934)
Despesas com Depreciação		(25.440)	(19.072)
Despesas gerais		(80.084)	(78.054)
		<b>(358.913)</b>	<b>(389.094)</b>
<b>Déficit do exercício</b>		<b>(21.100)</b>	<b>(13.037)</b>

**QUADRO 3****ASSOCIAÇÃO JENIPAPENSE DE ASSISTÊNCIA À INFÂNCIA**

Demonstrações das mutações do patrimônio social em 31 de Dezembro de 2018 e 2017

(Valores expressos em reais, com centavos arredondados)

<b>Descrição</b>	<b>Patrimônio Social</b>	<b>Reservas</b>	<b>Superávit (déficit) Acumulado</b>	<b>Total</b>
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2016</b>	<b>169.147</b>	-	<b>14.683</b>	<b>183.830</b>
Incorporado ao patrimônio social	14.683	-	(14.683)	-
Déficit do exercício	-	-	(13.037)	- 13.037
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2017</b>	<b>183.830</b>	-	<b>(13.037)</b>	<b>170.793</b>
Incorporado ao patrimônio social	(13.037)	-	13.037	-
Déficit do exercício	-	-	(21.100)	(21.100)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2018</b>	<b>170.793</b>	-	<b>(21.100)</b>	<b>149.693</b>



**QUADRO 4**  
**ASSOCIAÇÃO JENIPAPENSE DE ASSISTÊNCIA À INFÂNCIA**  
 Demonstrações de fluxos de caixa em 31 de Dezembro de 2018 e 2017  
 (Valores expressos em reais, com centavos arredondados)

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
<b>FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>		
<b>Déficit do exercício</b>	<b>(21.100)</b>	<b>(13.037)</b>
<b>Ajustes</b>		
Depreciação	25.440	19.072
	<u>4.340</u>	<u>6.035</u>
<b>Redução (aumento) nos ativos</b>		
Adiantamento a funcionários	-	615
Adiantamento a fornecedores	(1.320)	-
Despesas antecipadas	(511)	(303)
	<u>(1.831)</u>	<u>312</u>
<b>Aumento (redução) nos passivos</b>		
Fornecedores	(132)	244
Salários e encargos sociais	(71)	(345)
Provisões de férias e encargos	323	1.328
DFC's a repassar	(6.868)	2129
Subvenções e doações a apropriar	(14.387)	30177
Outras Obrigações	169	(592)
	<u>(20.966)</u>	<u>32.941</u>
<b>CAIXA LÍQUIDO GERADO PELAS ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>	<u><b>(18.457)</b></u>	<u><b>39.288</b></u>
<b>FLUXO DE CAIXA UTILIZADO NAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS</b>		
Adições ao ativo imobilizado	(3.300)	(41.990)
<b>CAIXA LÍQUIDO GERADO PELAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS</b>	<u><b>(3.300)</b></u>	<u><b>(41.990)</b></u>
<b>Aumento (redução) no caixa e equivalentes de caixa</b>	<u><b>(21.757)</b></u>	<u><b>(2.702)</b></u>
<b>Demonstração do aumento (redução) nas disponibilidades</b>		
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	70.383	73.085
Caixa e equivalentes de caixa do final do exercício	48.626	70.383
<b>Aumento(redução) no caixa e equivalentes de caixa.</b>	<u><u><b>(21.757)</b></u></u>	<u><u><b>(2.702)</b></u></u>

## **ASSOCIAÇÃO JENIPAPENSE DE ASSISTÊNCIA À INFÂNCIA - AJENAI**

Notas explicativas às demonstrações financeiras  
Em 31 de dezembro de 2018 e 2017  
(Valores expressos em reais)

### **1. CONTEXTO OPERACIONAL**

A Associação Jenipapense de Assistência à Infância, com sede na Rua Padre Willy, nº 278, Bairro Centro – Jenipapo de Minas - MG é uma associação civil, sem fins lucrativos e de caráter filantrópico, regido por estatuto social e legislação aplicável. Tem por finalidade a prestação de serviço de assistência social.

Atua na área de assistência social às famílias no Município de Jenipapo de Minas – MG, que são devidamente inscritas e participantes dos programas desenvolvidos por esta Entidade. Atende atualmente aproximadamente 691 crianças e adolescentes.

Mantida exclusivamente pelo sistema de apadrinhamento do ChildFund Brasil e doações especiais de grupos de pessoas ou empresas, a Entidade não faz distinção de raça, cor, credo religioso ou político. É administrada por uma Assembleia Deliberativa e por um Conselho Fiscal com o mandato de 03 (três) anos, formado por membros da comunidade.

### **2. BASE APRESENTAÇÃO E PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

#### **2.1. Base de Apresentação**

As demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com a Norma Brasileira de Contabilidade, NBC ITG 2002 R1 Entidade sem finalidade de lucros aprovada pela Resolução 1.409/2012 do Conselho Federal de Contabilidade.

#### **2.2. Políticas contábeis**

##### **a. Receitas e despesas**

As receitas oriundas de doações, subvenções e contribuições são registradas conforme determina a NBC ITG 2002 R1 (Entidades Sem Finalidades de Lucros), mediante documento hábil, quando da efetiva entrada dos recursos. Todas as demais receitas e despesas necessárias à manutenção de suas atividades são registradas pelo regime contábil da competência. As receitas de doações, subvenções e contribuições, recebidas para aplicação específica, mediante constituição ou não de fundos, são registradas em contas próprias, segregadas das demais contas da Entidade.

##### **b. Estimativas e premissas contábeis**

As demonstrações contábeis incluem estimativas e premissas, como a mensuração de estimativas do valor justo de determinados instrumentos financeiros, provisões para passivos contingentes, estimativas da vida útil de determinados ativos e outras similares. Os resultados efetivos podem ser diferentes dessas estimativas e premissas.

**c. Caixa e equivalentes de caixa**

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. A Entidade considera equivalentes de caixa as aplicações financeiras que sejam de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e que são sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo, por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da contratação.

**d. Imobilizado**

O ativo imobilizado é demonstrado ao custo de aquisição ou construção, deduzido dos impostos compensáveis, quando aplicável, e da depreciação acumulada.

A Entidade utiliza o método de depreciação linear definida com base na avaliação da vida útil de cada ativo, estimada com base na expectativa de geração de benefícios econômicos futuros. A avaliação da vida útil estimada dos ativos é revisada oportunamente e ajustada se necessário.

Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado.

**e. Ativos e passivos não circulantes**

Compreendem os bens e direitos realizáveis e deveres e obrigações vencíveis após doze meses subsequentes a data base das referidas demonstrações financeiras, acrescidos dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridas, se aplicável, até a data do balanço.

**f. Trabalho voluntário**

Os trabalhos voluntários (receitas e despesas), inclusive de membros integrantes dos órgãos da administração, no exercício de suas funções, são reconhecidos pelo valor justo da prestação dos serviços como se tivessem ocorrido os desembolsos financeiros.

**3. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA**

A posição de caixa e equivalentes de caixa, em 31 de dezembro, estava assim representada:

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Pequeno Caixa ChildFund Brasil	519	239
Caixa Comunidade	136	500
(-) Cheques a Compensar	(14.063)	(14.025)
Aplicação financeira Banco do Brasil Subsídio	25.900	28.633
Aplicação financeira Banco do Brasil Comunidade	36.134	55.036
<b>Total</b>	<b><u>48.626</u></b>	<b><u>70.383</u></b>

#### 4. DOAÇÕES E SUBVENÇÕES A APROPRIAR

A Entidade reconhece as subvenções governamentais e não governamentais quando há segurança de que cumprirá as condições estabelecidas pelos parceiros e de que a subvenção será recebida ou quando já foi recebida.

Em 13 de Março de 2017 foi firmado Termo de Parceria com a Província Brasileira da Congregação da Missão no valor de R\$ 40.000,00 para assessoramento político, técnico, administrativo e apoio financeiro complementar, visando o fortalecimento da cidadania.

Em 29 de Dezembro de 2017 foi assinado Termo de Doação de 01 Veículo no valor de R\$ 40.000,00, com o Instituto de Desenvolvimento do Norte e Nordeste de Minas Gerais. O veículo foi entregue à Entidade em 12 de Janeiro de 2018.

Em 22 de Março de 2018 foi firmado Termo de Parceria com a Província Brasileira da Congregação da Missão no valor de R\$ 35.000,00 para assessoramento político, técnico, administrativo e apoio financeiro complementar, visando o fortalecimento da cidadania.

Os valores estão apresentados em conformidade com a resolução do CFC n 1.305 de 25/11/2010 e o NBC TG 07 – Subvenções e Assistências Governamentais.

Em 31 de dezembro a Entidade possuía em seus livros os seguintes registros:

<b>Subvenções a apropriar passiva</b>	<b>2018</b>	<b>2017</b>
Subvenção Estadual - IDENE/Termo Doação 573/2017	32.237	40.000
Subvenção Pró-Vida	3.619	5.668
Subv. Prêmio Inst. Cultural Sérgio Magnani	-	2.388
Subv. Província Bras. Congreg. da Missão	13.642	15.829
<b>Total das subvenções a realizar</b>	<b>49.498</b>	<b>63.885</b>
Passivo circulante	<b>23.691</b>	<b>28.266</b>
Passivo não circulante	<b>25.807</b>	<b>35.619</b>

Os saldos de doações e subvenções a apropriar no passivo circulante e não circulante, são provenientes da Central Geral do Dízimo-Pró Vida, do Governo Estadual e da Província Brasileira da Congregação da Missão.

## 5. IMOBILIZADO

A composição do Imobilizado, em 31 de dezembro, estava assim representada:

	<b>Taxa de depreciação ao ano %</b>	<b>2018</b>	<b>2017</b>
Terrenos	-	3	3
Prédios e Construções	4%	136.720	136.720
Instalações	10%	3.389	3.389
Máquinas e equipamentos	10%	44.011	44.011
Móveis e utensílios	10%	27.114	23.814
Veículos	20%	81.294	81.294
Equip. process. eletrônico de dados	20%	30.409	30.409
		<u>322.940</u>	<u>319.640</u>
Depreciação acumulada		<u>(149.231)</u>	<u>(123.791)</u>
<b>Total Imobilizado</b>		<b><u>173.709</u></b>	<b><u>195.849</u></b>

A movimentação do imobilizado ocorreu conforme discriminado no quadro a seguir:

Descrição	Taxa de depreciação	Saldo em 31.12.17	Baixas	Adições	Transf. /Ajustes	Saldo em 31.12.2018
<b>Bens</b>						
Terrenos	-	3				3
Prédios e Construções	4%	136.720				136.720
Instalações	10%	3.389				3.389
Máquinas e equip.	10%	44.011	-	-	-	44.011
Móveis e utensílios	10%	23.814	-	3.300	-	27.114
Veículos	20%	81.294	-	-	-	81.294
Equip.proc. eletrônico dados	20%	30.409	-	-	-	30.409
	<b>Total Bens</b>	<b>319.640</b>	<b>-</b>	<b>3.300</b>	<b>-</b>	<b>322.940</b>
<b>Depreciação</b>						
Terrenos		-				-
Prédios e Construções		(29.214)		(5.469)		(34.683)
Instalações		(807)		(200)		(1.007)
Máquinas e equipamentos		(28.831)	-	(3.563)	-	(32.394)
Móveis e utensílios		(19.310)	-	(1.047)	-	(20.357)
Veículos		(18.443)	-	(14.462)	-	(32.905)
Equip.proc. eletrônico dados		(27.186)	-	(699)	-	(27.885)
	<b>Total Depreciação</b>	<b>(123.791)</b>	<b>-</b>	<b>(25.440)</b>	<b>-</b>	<b>(149.231)</b>
	<b>Total da conta</b>	<b>195.849</b>	<b>-</b>	<b>(22.140)</b>	<b>-</b>	<b>173.709</b>

A entidade não alterou a forma de utilização do seu imobilizado, como também, não identificou desgastes e quebra relevante inesperada, progresso tecnológico e mudanças nos preços de mercado que indicassem que o valor residual ou vida útil dos ativos necessitassem de modificação.

## 6. OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS E TRIBUTÁRIAS

Em 31 de dezembro as obrigações trabalhistas e tributárias apresentam a seguinte composição:

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
INSS a recolher	731	787
FGTS a pagar	889	905
PIS s/ folha de pagamento a recolher	111	112
Seguro de vida	58	56
<b>Total</b>	<b><u>1.789</u></b>	<b><u>1.860</u></b>

## 7. PROVISÃO DE FÉRIAS E ENCARGOS

Provisão de férias e encargos apresenta a seguinte composição, em 31 de dezembro:

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Provisão de férias	13.282	12.985
FGTS sobre férias	1.062	1.038
PIS sobre férias	133	130
<b>Total</b>	<b><u>14.477</u></b>	<b><u>14.153</u></b>

## 8. DFC's (DESIGNATED FUND CERTIFICATE) A REPASSAR

A entidade recebeu do ChildFund Brasil valores de DFC's, presentes de padrinhos destinados à crianças (afilhados), os quais foram contabilizados em conta patrimonial do passivo circulante, conforme a seguir:

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Saldo anterior	16.734	14.605
DFC's recebidos destinados às Crianças	49.349	74.244
DFC's repassados às Crianças	(56.217)	(72.424)
Estorno de pagamento de DFC's	-	309
<b>Saldo a repassar para crianças</b>	<b><u>9.866</u></b>	<b><u>16.734</u></b>

## 9. PATRIMÔNIO SOCIAL

O patrimônio social da Entidade, no montante de R\$ 149.693 em 31 de dezembro de 2018 (R\$ 170.793 em 31 de dezembro de 2017) representa o montante inicial aportado para início das atividades da Entidade, sendo reduzido em função do déficit apurado. O valor de Déficit neste exercício foi de R\$ (21.100) e R\$ (13.037) de déficit em 2017.

## 10. DOAÇÕES E SUBVENÇÕES

Entidade recebeu doações e subvenções, durante o exercício, registradas em contas de receita da seguinte forma:

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Subsídio do ChildFund Brasil p/ Crianças	239.168	234.801
Subvenções e Doações Governamentais	7.763	-
Subvenções de ONG's	42.372	83.555
Doações de associados e comunidade	6.859	6.400
Doações recebidas de Bens	2.049	2.049
<b>Total</b>	<b><u>298.211</u></b>	<b><u>326.805</u></b>

## 11. GRATUIDADES

As gratuidades oferecidas à comunidade carente são registradas segregadamente por Custos e Despesas, excetuando-se as despesas com depreciação e Contribuições sociais-INSS Quota Isenta, estando suportadas por documentação hábil.

A Entidade atende ao disposto no Decreto nº 8242/2014, Resolução nº 188, de 20 de outubro de 2005 e Lei 12.868 de 15/10/2013, tendo concedido gratuidades em 2018 no montante de R\$ 305.051 (R\$ 340.953 em 2017), conforme demonstrado a seguir:

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Despesas operacionais	358.913	389.094
Contrib. sociais – INSS Quota Isenta	(28.422)	(29.069)
Despesas com depreciação	(25.440)	(19.072)
<b>Total</b>	<b><u>305.051</u></b>	<b><u>340.953</u></b>

## 12. ISENÇÃO DE TRIBUTOS - INSS

A isenção das contribuições sociais usufruídas no ano de 2018, em função da entidade possuir certificado de entidade de fins filantrópicos, está registrada na conta de ISENÇÕES DO INSS, no grupo de receitas, e totalizou R\$ 28.422 (R\$ 29.069 em 2017).

## 13. SEGUROS

Em 31 de dezembro de 2018, a entidade mantinha cobertura de seguros para suas instalações e bens, em montante considerado pela mesma suficiente para cobrir eventuais sinistros.

## 14. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Os valores de mercado dos ativos e passivos financeiros foram determinados com base em informações de mercado disponíveis e metodologias de valorização apropriadas. O uso de diferentes premissas de mercado e/ou metodologia de estimativa poderão ter um efeito diferente nos valores estimados de mercado. Baseada nessa estimativa, a Administração



entende que o valor contábil dos instrumentos financeiros equivale aproximadamente a seu valor de mercado, conforme descrito abaixo.

Em 31 de dezembro de 2018, os principais instrumentos financeiros estão descritos a seguir:

- Caixa e equivalentes de caixa - está apresentado ao seu valor de mercado, que equivale ao seu valor contábil.

## 15. TRABALHO VOLUNTARIADO

Os trabalhos voluntários do Grupo Governança foram mensurados com base nos valores praticados por esses profissionais no mercado.

<b>Conselho Administrativo</b>	<b>2018</b>	<b>2017</b>
<b>Descrição</b>		
Quantidade de horas	320	416
Valor h/h	23,35	24,95
Valor total - R\$	<b>7.472</b>	<b>10.379</b>

<b>Grupo de Apoio</b>	<b>2018</b>	<b>2017</b>
<b>Descrição</b>		
Quantidade de horas	420	588
Valor h/h	4,34	4,38
Valor total - R\$	<b>1.823</b>	<b>2.576</b>

\*\*\*\*\*

### AJENAI

Maria Valdete Ferreira de Sousa  
Presidente  
CI: MG-10.723.078 SSP/MG  
CPF: 687.700.576-72

José Santos Gomes Farias  
Contador  
CRC/MG: 046.066/O-5